

DA ESTRADA PARA A PASSERELLE: O TRÁFICO DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL NA IMPRENSA²⁰

RITA BASÍLIO DE SIMÕES E MARTA PEÇA

CIMJ

Resumo

O tráfico de mulheres foi alvo de discussões recentes no espaço público nacional, tendo conduzido à redefinição de fronteiras normativas a respeito do tráfico e da imigração. Como marco simbólico de uma dinâmica de desvio/controlado é possível identificar o desmantelamento de uma organização suspeita de tráfico ligada à cadeia de striptease *Passerelle*. Desde então, o tema tornou-se presença regular na imprensa portuguesa. A partir do estudo que se apresenta mostrar-se-á como essa cobertura mediática possui marcas próprias de um modelo particular de discurso que contende com o acesso aberto de questões, perspectivas e vozes ao espaço público. Os resultados sugerem um claro predomínio da discursividade penal no qual crime organizado e mulheres imigrantes na indústria do sexo figuram como realidades indissociáveis. A complexidade do tráfico sexual é, deste modo, reduzida a construções ideológicas da *alteridade* através das quais a comunidade nacional cristaliza a sua identidade.

Palavras-chave

Jornalismo; tráfico de mulheres; prostituição; imprensa; Portugal.

Introdução

Havendo certamente uma relação entre a modernidade tardia e os processos de racionalidade emancipadora, nas dinâmicas da História do nosso tempo não se encontra somente essa mesma racionalidade. Democratizado, globalizado, desenvolvido nas dimensões técnica e social, o Ocidente mantém um diálogo regular com fenómenos sociais que estão longe de ser superados. Esse é o caso do tráfico de seres humanos

20. Este texto faz parte integrante do trabalho desenvolvido pelas autoras no âmbito do projecto de investigação "As Mulheres e o Espaço Público – o papel dos Media em áreas prioritárias da Plataforma de Acção de Pequim", iniciado em Setembro de 2007 no Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

— marca expressiva e inquietante “[d]o pêndulo trágico da história” (Costa, 2007) que o esplendor da razão como causa e fim da dignidade humana não logrou evitar.

Por acção de instâncias internacionais, organizações não estatais e governos, o exame sistemático do tráfico de mulheres para exploração sexual constitui um esforço assinalável para lhe impor um significado unívoco: em termos quantitativos, construindo o fenómeno a partir de números catastróficos²¹ e, em termos qualitativos, situando-o em um contexto económico e político cujos traços mais marcantes são o neo-liberalismo, a criminalidade transnacional organizada, a *feminização* da pobreza e os movimentos migratórios ilegais de mulheres (Santos *et al.*, 2007).

Os media, e o discurso jornalístico em particular, participam activamente nesse processo de definição conceptual do problema. O seu papel nas ambivalências que atravessam a sociedade, tornando visíveis no espaço público mediatizado realidades construídas a partir de circunstâncias extremas, confere-lhes uma posição central na criação e desestabilização de consensos acerca da moral e ordem públicas e na legitimação dos processos de reacção social (Ericson *et al.*, 1991).

No caso português, as recentes alterações à lei penal e à lei da imigração, acompanhadas da adopção do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, todos datados de 2007, traduzem, por um lado, a abertura de novos caminhos em direcção à esfera de decisão político-criminal, de que resultou uma redefinição de fronteiras normativas de orientação punitiva,²² e, por outro, uma maior visibilidade do tema.

21. Não obstante a assumida dificuldade em avaliar a dimensão “autêntica” do fenómeno, em face da reconhecida obscuridade onde este se move, é de números que a sua apreensão também se sustenta. Estimativas várias das Nações Unidas fixam em quatro milhões o número de pessoas que em cada ano são transaccionadas em países estrangeiros, sendo a grande maioria mulheres forçadas a trabalhar no mercado do sexo (Coomaraswamy, 1996; Forced Migration Monitor, 1997). O Departamento de Estado Norte-Americano estima que anualmente sejam traficadas entre 600.000 e 800.000 pessoas. Destas, 77% serão mulheres e 87% destinam-se a exploração sexual (US Department of State, 2005). O crime de tráfico renderá biliões de dólares aos grupos organizados, figurando no «top three» dos negócios ilícitos mais lucrativos do mundo, juntamente com o tráfico de armas e de droga.

22. O legislador penal retirou do crime de tráfico de pessoas o requisito do elemento transfronteiriço, passando a ser punido igualmente o tráfico ocorrido no interior do País. A última versão da incriminação reproduz, no essencial, a definição sustentada na Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional da ONU (Protocolo de Palermo), em particular, no Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, a saber: “[o] recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa de quem tenha o controlo sobre a vítima, para fins de exploração”. Definição também adoptada na Convenção sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos do Conselho da Europa (Convenção de Varsóvia).

Como marco simbólico de uma clara dinâmica de desvio/controlado, é possível identificar a operação policial de desmantelamento de uma organização suspeita de tráfico de mulheres ligada à cadeia de *striptease* Passerelle, ocorrida em Janeiro de 2006. Desde então, o tráfico de mulheres tornou-se presença regular na imprensa portuguesa. Consonantes com a escala de valores-notícia do crime (Chibnall, 1977; Jewkes, 2004), os atributos daquele caso concreto — com formalidades processuais penais ainda em curso — e do fenómeno que corporiza foram seguramente instrumentais na sua transformação em objecto de *discursivização* pela imprensa.

As histórias do crime e do desvio sempre constituíram, em maior ou menor grau, matérias especialmente atraentes para a imprensa. Todavia, as exigências que os media enfrentam em uma economia de mercado conduzem à construção de notícias onde o que é desviante, o que desafia as fronteiras do comportamento legal e moralmente aceitável assume elevada centralidade. Simultaneamente, favorecem a *rotinização* de procedimentos que privilegiam a eleição de fontes, arenas discursivas e temas coincidentes com o *status quo* e os seus interesses (Hall *et al.*, 1978; Ericson *et al.* 1989, 1991). É a esta luz que podemos afirmar que o político e o mediático se sobrepõem em algumas zonas indivisíveis e mutuamente constitutivas (Jewkes, 2004: 58), tal como se mostram e evoluem no espaço público contemporâneo.

Tal significa também que, pese embora a pretensão auto-legitimadora de “imparcialidade” do discurso informativo, ele, como qualquer outra construção discursiva, não é nem pode ser neutral, isto é, isento de quadros de leitura de uma qualquer realidade que lhe pré-existe. Como construção discursiva que é, carrega valores ideológicos que reproduzem formas colectivas de agir e de pensar e transporta as tensões que originam e desafiam a desigualdade e injustiça sociais. No entanto, a sua centralidade nos processos de construção e hierarquização do social e do político faz deste domínio um foco de especial preocupação para quem o olha como lugar de legitimação dessas mesmas hierarquias, inclusões e exclusões.

Nesse sentido, a pesquisa feminista tem mostrado, a partir de campos e projectos diferentes (Tuchman, 2004; Young, 1990; Gallagher, 2001; Macdonald, 2003; Silveirinha, 2004), que um dos elementos-chave da reprodução do domínio de um grupo social em relação a outros é a dinâmica de acesso diferenciado ao discurso público dominante. Em todo o caso, o discurso não é apenas um instrumento para o exercício do poder (Foucault, 1997). É simultaneamente um recurso para a representação, cuja importância se estende do campo cultural ao político, justamente pela configuração de sentidos que atribui às realidades que não só representa como constitui.

Foi no âmbito deste horizonte conceptual que centrámos a análise do discurso da imprensa sobre a transacção de mulheres entre fronteiras e no mercado interno do sexo. Que tendências se repetem na organização formal e de conteúdo semântico, que actores são mobilizados nas construções discursivas e quais conseguem integrar nelas a sua discursividade são as nossas questões de partida.

2. Estratégia metodológica

Para dar resposta às questões formuladas, desenvolvemos uma análise de imprensa em três fases metodológicas distintas. Em um primeiro momento, procedemos à análise de conteúdo de um conjunto de 194 artigos de informação, de opinião e editoriais que versam sobre o tema tráfico de mulheres para exploração sexual e prostituição, em particular. A análise de conteúdo permite examinar frequências tanto dos “significados” (análise temática) como dos “significantes” (análise dos procedimentos, das convenções, dos tópicos formais), pelo que a partir dela é possível obter descrições do que sucedeu ou foi dito (variáveis de conteúdo) e de como se mostrou o que ocorreu ou como se disse (variáveis formais) (Igartua, 2006).

Esse *corpus* de análise²³, examinado a partir de diversas variáveis definidas em função das questões a que nos propomos responder,²⁴ abrange artigos publicados em nove títulos da imprensa generalista de circulação nacional, dentre eles cinco jornais diários, de diferentes tendências de desempenho — *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Público* e *24 Horas* —, dois jornais semanários — *Sol e Expresso* — e duas revistas semanais — *Sábado* e *Visão*.

No que concerne ao período de análise, este foi fixado entre Janeiro de 2007 e Março de 2008, marcos temporais que circunscrevem o objecto de estudo à cobertu-

23. Após a eleição de publicações específicas dentre a totalidade de possibilidades, foi conduzida uma pesquisa por palavras-chave, recorrendo aos termos “tráfico de mulheres”, “prostituição” e “lenocínio”, na base de dados mantida pela instituição governamental portuguesa que tutela a área da Igualdade, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

24. O protocolo de análise de conteúdo que seguimos visa a descrição dos componentes formais e a sistematização de regularidades no conteúdo semântico das unidades consideradas: os artigos de informação e de opinião. Foi utilizado um leque diversificado de variáveis que inclui o meio e a data de publicação, o formato jornalístico da peça, o tema central, a arena discursiva e a importância de cada artigo na estrutura do meio de informação (eventual colocação na primeira página e valorização através do recurso a elementos gráficos, tais como fotografias).

ra mediática efectuada antes, durante e após a adopção de medidas governamentais e legislativas direccionadas para o tráfico e para a imigração.

Num segundo momento, elegemos para objecto de estudo um conjunto mais restrito de peças de onde foi excluída a opinião e outros formatos jornalísticos distintos da notícia.²⁵ Após a observação do conteúdo categorial desses 110 artigos, procurou identificar-se e caracterizar os actores sociais que integram o discurso da imprensa e respectivos elementos gráficos, quando existentes²⁶.

Finalmente, seguindo de perto os objectivos e estratégias da Análise Crítica do Discurso (ACD), combinámo-la com a análise de conteúdo, aplicando a esse *corpus* reduzido de artigos categorias que, pensadas justamente segundo os elementos da ACD, nos permitissem revelar os sentidos culturais e políticos que perpassam pela cobertura noticiosa. Essas categorias são essencialmente centradas nas estratégias discursivas que conduzem à inclusão, exclusão ou mitigação discursiva dos actores sociais (van Leeuwen, 1996). Foi ainda levada a cabo a análise das macroestruturas semânticas (temas) presentes nos títulos das notícias com base nos contextos de interpretação cognitiva e social de maior relevância (van Dijk, 1997).

3. Discussão dos resultados

3.1. Temas, actores e arenas discursivas

Estatisticamente, predominam no universo considerado os artigos classificados como respeitantes a tráfico de mulheres (69,6%), em comparação com os que incidem sobre prostituição (30,4%).²⁷ E, como veremos, apenas em uma dessas grandes classes temáticas são visíveis flutuações na organização semântica dos itens nela integrados.

25. Foram considerados apenas os artigos de informação publicados sob o formato “notícia” e cujo tema central é o tráfico, a prostituição ou o caso Passerelle, num total de 110 peças. De realçar, a este propósito, que no que à opinião diz respeito os editoriais representam somente 5% do universo de artigos publicados seleccionadas, a opinião de colonistas 3,1% e a opinião dos leitores 2,1%.

26. Foram utilizadas variáveis sócio-demográficas (nacionalidade e faixa etária), socioculturais (papéis sociais, formas de nomeação) e descritivo-valorativas (presença nos elementos gráficos que acompanham os artigos, referência expressa e não expressa à ilegalidade).

27. Uma primeira codificação do conteúdo dos artigos analisados conduziu à sua divisão em dois grandes grupos, um relativo a “tráfico” e outro a “prostituição”. Essa separação foi efectuada recorrendo à identificação de palavras-chave, o que significa que o conteúdo de cada item analisado pode estar mais próximo ou mais distante da classe temática em que foi enquadrado. Do tema principal dos artigos trata a variável “tema central”.

3.1.1. A construção mediática da prostituição

No que respeita às peças relativas a prostituição, o tema central²⁸ que se destaca é a própria prostituição, representada como trabalho sexual na indústria do sexo e estreitamente relacionada com dinâmicas ilícitas (23,7%).²⁹ A imagem que predomina tem origem na arena discursiva³⁰ com maior presença no *corpus* analisado. O sistema de justiça criminal é o responsável por 41,8% do total de artigos, contabilizando entrevistas, editoriais, opinião de colunistas e de leitores. Por outro lado, são sobretudo as polícias e forças de segurança que providenciam a informação noticiada (mais de metade das notícias), o que significa que estas instâncias controlam o conhecimento difundido sobre a prostituição e a imagem que sobre si é projectada. As suas acções mais visíveis são as operações policiais isoladas ou combinadas com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) nas dinâmicas do fenómeno.

Esta imagem saliente da prostituição diz-nos, em primeiro lugar, que ela se entrecruza com práticas ilícitas que não estão necessariamente na origem da vitimização das mulheres, mas, sim, de um clima de insegurança de étimo moralista. A orientação político-criminal das últimas décadas afastou o direito penal dos domínios onde reinam os interesses gerais, designadamente na moralidade sexual e no trabalho honesto, aceitando-se a sua intervenção apenas quando se trata de proteger específicos bens jurídicos pessoais. A prostituição não é criminalizada, mas são-no o incentivo e o favorecimento com intenção lucrativa do exercício por outra pessoa de serviços sexuais, independentemente de o agente recorrer a violência, ameaças, manobras fraudulentas ou se aproveitar da vulnerabilidade da/o explorada/o.³¹

A despenalização do acto de prostituição e a criminalização do lenocínio são movimentos próprios do abolicionismo, sistema do qual se aproxima o enquadramento político-legislativo da maioria dos países europeus. A perspectiva feminista abolicionista define a prostituição como uma forma de escravatura, incompatível com a dignidade humana e que deve, por conseguinte, ser erradicada através da adopção de

28. A variável “tema central” do artigo permite identificar o assunto nuclear das histórias, no caso em apreço, de tráfico e de prostituição. A tipologia encontrada foi a seguinte: “prostituição” (36,6%), “tráfico” (22,2%), “outro” (20,1%), “caso Passerelle” (12,9%) e “violência e/ou discriminação” (8,2%).

29. Em 6,2% das notícias sobre prostituição o tema central recaiu na categoria “outro”, que abarca um conjunto heterogéneo de situações e, como tal, cuja categorização é inviável.

30. A variável “arena discursiva” visa essencialmente desconstruir a inter-discursividade que caracteriza o discurso mediático. Assim, procurou revelar-se quais os colectivos sociais que dão origem ao material publicado e de que formas a sua discursividade “contamina” o discurso da imprensa.

31. “Artigo 169º — Lenocínio” in *Código Penal*, redacção dada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro.

medidas que incentivem a integração social das mulheres e a incriminação da sua exploração comercial e proxenetismo. Nas questões de princípio, esta posição aproxima-se de uma outra perspectiva, o proibicionismo, mas já se afasta dela no que diz respeito ao modelo de intervenção. O enquadramento político-legislativo proibicionista, que vigorou em Portugal até à entrada em vigor do Código Penal de 1982, preconiza a criminalização de todos os elementos envolvidos na exploração sexual das mulheres prostitutas.

Diferentemente, uma terceira perspectiva, na qual se acha suportado o modelo político-legislativo do chamado sistema regulador, reivindica para a prostituição um enquadramento jurídico-legal que permita conferir direitos e deveres às prostitutas. Deste modo, a actividade é admitida, devendo o Estado, e não o mercado, proceder à sua regulamentação.

Apesar das suas diferenças de fundo, tem sido identificado nas perspectivas abolicionista e reguladora um denominador comum: a incapacidade de incorporar as pretensões de quem efectivamente é afectado/a pelas políticas a que dão origem (Mathieu, 2003). Os movimentos sociais de prostitutas, surgidos na década de 1980 em conjunto com outros movimentos identitários, tais como os movimentos de mulheres e homens homossexuais (Jeffreys, 1997), batem-se pelo reconhecimento da prostituição como uma actividade laboral e exigem os mesmos direitos e protecção social concedidos a outras e outros profissionais. Assim, as suas reivindicações contendem com a concepção abolicionista, que encara a compra e venda de serviços sexuais como uma condenável *coisificação* do ser humano. Simultaneamente, contendem com as políticas reguladoras, negando ao Estado a legitimidade para “controlar, regular e restringir as suas actividades” (Mathieu, 2003: 2).

Ainda que este debate prossiga no meio académico e institucional, a sua visibilidade é praticamente nula no discurso da imprensa, onde predominam as acções das instâncias de controlo da lei e da ordem. As forças policiais e de segurança intervêm na prostituição através do controlo das duas figuras em torno das quais as narrativas gravitam: as próprias prostitutas e os/as que as exploram comercialmente.

As histórias analisadas informam continuamente sobre a detenção de indivíduos ou grupos suspeitos de terem cometido infracções ligadas a antigas e novas lógicas da indústria do sexo: exploração comercial da prostituição, contrabando de imigrantes, auxílio à imigração ilegal, permanência ilícita no país. Desta monitorização em permanência resulta um fluxo continuado de notícias de detenções de chulos, proxenetas e prostitutas. “Dezenas de prostitutas identificadas pela GNR” (*Diário*

de Notícias, 2008-01-30), “Identificadas 45 mulheres” (*Correio da Manhã*, 2007-03-19) são proposições frequentes que revelam um controlo apertado de quem explora e de quem é explorada.

Estes dados permitem verificar, simultaneamente, a inter-discursividade das narrativas com que a imprensa constrói a prostituição. A “identificação” é uma prática considerada típica no quadro da abordagem policial do fenómeno (Silva *et al.*, 2001) e esse conceito, tal como muitos outros que permeiam o discurso mediático — “suspeito”, “arguido”, “detido”, “acusado” —, são aceites e reproduzidos nos media como se pertencessem a uma gramática “natural” utilizada pelas instituições da lei e da ordem, a quem a sociedade parece dever confiar a solução da prostituição e dos problemas socioeconómicos nela implicados.

Relativamente aos espaços onde a prática da prostituição ocorre, estes são maioritariamente do domínio privado, em linha com a tendência que a Passerelle simboliza: são “bares de *striptease*”, “espaços de diversão nocturna” e “casas de alterne”. Por sua vez, a rua ou a beira de estrada têm uma presença reduzida na cobertura mediática como palcos da venda dos corpos femininos.

Importa também realçar que do conjunto de todas as representações enunciadas são sistematicamente excluídos os actores a quem a indústria do sexo se destina. A figura do cliente está presente em menos de 5% do total de peças sobre prostituição e sobre o tráfico. Para além disso, o seu papel, quando visível, é claramente obscurecido, como aliás vem sucedendo nos discursos informais e institucionais sobre estes fenómenos (Silva, 2001; Monto, 2004).

A figura eclipsada do cliente indicia o lugar ocupado pela sexualidade feminina e masculina na cultura *androcêntrica* dominante: o uso dos corpos femininos, e da prostituição em particular, é entendido como um processo normal da experiência sexual masculina. Neste específico sentido, não é de estranhar que o papel decisivo do cliente no mercado do sexo seja mitigado no discurso da imprensa, que lhe nega qualquer espécie de “agentividade”.

A “agentividade” é um conceito sociológico que possui grande importância como categoria na Análise Crítica do Discurso (ACD), uma vez que facilita a distinção do *status* associado aos diferentes actores sociais representados (van Leeuwen, 1996: 42). Trata-se, por conseguinte, de uma modalidade *oposta* à “passivação”, sendo que ambas constituem modos possíveis de “distribuição de papéis” (*role allocation*).

À luz da ACD, é possível aplicar ao discurso essa e outras categorias que permitem revelar o texto no seu contexto sociopolítico e apreender as configurações de

sentido que atravessam as representações. Com esta categorização não é negada a possibilidade de abertura a múltiplos sentidos que um texto sempre comporta. É antes afirmado que essa margem de liberdade se esgota no seu próprio contexto societário de significação (Pedro, 1996).

Dito isto, importa realçar que em apenas uma notícia relativa a prostituição o cliente é um actor sociológico incluso, isto é, que se pronuncia sobre a realidade que lhe diz respeito e nela desempenha um papel determinado (“Vende-se sexo ao minuto”, *Sábado*, 2007-04-26).

As implicações da marginalização do actor social cliente são evidentes. Discute-se, dentro do próprio movimento feminista, a ideia do consenso e da escolha livre da prostituição como prática legítima, mas não se debate com a mesma intensidade o papel dos clientes no negócio da compra e venda do sexo. Para o feminismo anti-prostituição, por exemplo, a forma e as razões por que as mulheres se prostituem são irrelevantes para a própria indústria (Jeffreys, 1997: 135). Por outro lado, ainda que a concepção prevaiente no discurso das mulheres prostitutas negue a violência que os movimentos abolicionistas reconhecem nesta prática, tal não significa que a existência de violência no mercado seja rejeitada. Por essa razão reclamam melhores condições de vida e de trabalho, sem repressão policial e sem violência por parte dos clientes (Mathieu, 2003).

Fora da arena discursiva ocupada pelo sistema de justiça criminal é possível identificar no discurso da imprensa uma outra face da prostituição que a projecta justamente como trabalho legítimo e, em abstracto, como meio de alcançar dinheiro e fama. Nestas narrativas as prostitutas não são simbolicamente construídas como desviantes, nem como mercadoria transaccionada no mercado globalizado. Pelo contrário, as mulheres representadas escolheram prostituir-se ou ser “acompanhantes”. Só o fazem com quem querem, quando querem e são bem pagas pelos seus serviços: “Estudantes universitárias fazem dinheiro rápido em vida dupla” (*Diário de Notícias*, 2008-03-16); “As confissões de quatro call girls” (*Sábado*, 2007-12-27); “Vida da ex-prostituta Bruna Surfistinha vai para o cinema” (*Diário de Notícias*, 2007-04-10). O destaque do artigo “As confissões de quatro call girls” (*Sábado*, 2007-12-27) é paradigmático desse efeito de *glamourização*: “Hoje estão em Lisboa, amanhã podem estar em Londres, Tóquio ou Las Vegas. As mais exclusivas acompanhantes nunca sabem de onde chega a próxima chamada – que pode valer-lhes milhares de euros.”

3.1.2. A construção do tráfico para exploração sexual

Relativamente às histórias de tráfico, identificámos quatro temas centrais dominantes: o tráfico (22,2%), o caso Passerelle (12,9%), a prostituição (9,3%), e a violência e/ou discriminação de mulheres (7,7%)³². Esta dispersão de temas sugere que o ideário do tráfico para exploração sexual, como discurso produzido entre a acção policial e judicial e a sua apreensão jornalística, é híbrido e fugidio, escapando para os territórios da violência e da prostituição com os quais várias vezes se funde³³. Também aqui, as histórias mais visíveis resultam do interesse da imprensa pelos fenómenos desviantes e pela temática criminal. O caso Passerelle configura o exemplo típico dessa interdependência entre instâncias judiciais e rotinas produtivas. Não obstante, a sua característica distintiva — a visibilidade em *continuum* — confere-lhe um lugar particular no universo de artigos estudados: é a “mega-operação” policial que pôs fim ao “império Passerelle” e aos negócios ilícitos praticados por uma “rede” ligada à criminalidade transnacional organizada. É ainda a expressão da eficácia do aparelho jurídico-legal e do poder judicial: 15 arguidos foram acusados de 1.200 crimes e levados a julgamento, fase processual acompanhada continuamente pela imprensa.

Para o tema que nos ocupa, é tão importante identificar no *corpus* de análise os actores sociais que nele são incluídos ou excluídos, como o modo como são identificados, em função de quê e, especialmente, quais as correlações dessas escolhas com a sua valoração social.

Categoria dicotómica estimulante, a “distribuição de papéis” permite registar que

32. Nesta análise em particular a categoria “outro” representa 13,9% das notícias estudadas.

33. A definição de “tráfico de mulheres para fins de exploração sexual” tem sido objecto de debates e negociações inter-institucionais, em virtude da complexidade das realidades para que remete e das implicações da sua conceptualização para o planeamento de políticas de prevenção e acção. Nesta matéria são identificáveis três grandes perspectivas. Uma que encara o tráfico como um problema do campo da migração, pelo que as medidas preventivas passam pela monitorização da circulação de pessoas. A principal dificuldade conceptual daqui decorrente reside na distinção entre “tráfico” e “auxílio à imigração ilegal”. Ambos são projectos migratórios onde existe um interveniente externo, ambos são ilegais, ambos potenciam a vulnerabilidade das/os “migrantes” e ambos visam o lucro. No entanto, no tráfico, a pessoa traficada é vítima, ao passo que, no contrabando, *smuggling* na terminologia anglo-americana, a pessoa contrabandeada é cliente (Sousa Mendes, 2007: 3-5). Uma segunda abordagem encara o tráfico a partir de uma perspectiva criminal, focando-se no crime cometido e no perigo para a segurança do Estado, sendo, não obstante, criticada por frequentemente colocar a protecção da vítima em uma posição subalterna aos interesses da acção penal. O tráfico é também percebido como uma grave violação dos direitos humanos. O principal ponto de discórdia entre os/as defensores/as desta abordagem prende-se com a ligação entre tráfico para exploração sexual e prostituição, debatendo-se a aceitação ou não da prostituição como actividade legítima e voluntária.

as funções no discurso não coincidem necessariamente com os papéis activos e passivos que os indivíduos desempenham na realidade. Mas não se infira daqui que o importante é a selecção das opções lexicais e semânticas que melhor lidam com o mundo representado. Pelo contrário, o que é relevante é reconhecer que opções são tomadas na transformação dos eventos reais em discurso, em que contextos sociais específicos, com que objectivos e interesses e que finalidades são alcançadas (Leeuwen, 1996: 43).

À excepção das polícias, forças de segurança e instâncias judiciais, os actores que desempenham uma função determinada nestas histórias de crime não têm um papel incluso, activo no discurso. Os “traficantes”, “chulos” e “proxenetas” são maioritariamente os agentes-objecto da acção discursiva desencadeada pelas instâncias de controlo da lei e da ordem. No que respeita à forma como são representados, figuram através de categorias genéricas que favorecem a sua “exteriorização” do mundo experiencial imediato dos públicos, tratados que são com distância, como os “outros”, as “máfias”, “as redes”, em lugar de pessoas como “nós”.

Característica da representação das minorias culturais (Cunha, 2003; Silveirinha & Cristo, 2004), a dinâmica da *alteridade* através da qual os infractores são retratados é apenas invertida nas histórias onde estes adquirem uma condição processual como arguidos, geralmente em fases mais avançadas de um dado processo penal. É o que sucede quando o tema central das notícias de tráfico incide sobre o julgamento do caso Passerelle. Neste caso, as referências aos actores sociais são essencialmente individualizadas mediante o recurso à identificação dos protagonistas pelo seu nome.

As duas classes de mulheres prevaletentes, as “traficadas” e as “prostitutas”, também não conseguem alcançar um papel activo no discurso. As notícias reproduzem um modelo cultural de mulher passivo, fraco e inábil para a tomada de decisões senão para as que conduzem a esquemas de imigração ilegal e à condição de mercadoria transaccionada no mercado do sexo. Muito ocasionalmente, verifica-se a sua agentividade de quando contam, na primeira pessoa, os seus percursos individuais de prostituição.

Relativamente às características sócio-demográficas das mulheres representadas, quando presentes, ressaltam, para além da maioridade, a referência genérica a grupos pertencentes a duas ou mais nacionalidades diversas, ao colectivo indeterminado “estrangeiras” e à categorização como “brasileiras” (“Maioria das vítimas de tráfico sexual em Portugal são brasileiras”, *Público*, 2007-10-09; “Brasileiras para alternes do Porto”, *24 Horas*, 2007-09-10; “Brasileiras detidas na estrada”, *Jornal de Notícias*, 2008-01-11). A representação dominante assenta, por conseguinte, no re-

curso a processos de inclusão e de exclusão que servem para demarcar a cultura nacional, que “não é um simples repositório de símbolos a que a população adere” (Schlesinger, 1991: 173), antes exige que nos situemos em oposição ao exterior, ao que está para lá das “nossas” fronteiras nacionais.

Dado interessante a este propósito é a mobilização arbitrária da nacionalidade portuguesa nestas construções. Quando o tema central é o “tráfico”, essa referência é manifesta; quando recai sobre a “prostituição”, ela integra tão-só o conteúdo latente das notícias. As implicações ideológicas deste cenário não são inequívocas. Porém, uma tal marcação discursiva sugere diferentes configurações de sentido em função do contexto discursivo específico. Enquanto a ideia da prostituição permanece como um símbolo da depravação moral feminina, — não nos esqueçamos de que a mulher prostituta era na Criminologia de Lombroso e Ferrero a figura homóloga do homem delinquente —, idealmente localizada nas “outras”, diferentes de “nós”, a incriminação do tráfico de pessoas torna qualquer demarcação dispensável, na medida em que a mulher prostituída é sempre uma vítima. Assim, as mulheres não são senão objectos passivos, de quem se fala e se classifica de acordo com uma polarização moral entre a imagem da vítima e da sexualmente pervertida.

Uma outra categoria de análise, de natureza descritivo-valorativa, reforça esta mesma ideia da marcação discursiva reiterada, mas a partir de um contexto distinto. Em mais de metade das notícias onde as mulheres figuram como actores-objecto, as «prostitutas» são representadas por referências expressas à situação de ilegalidade no País, tendo esse detalhe descritivo uma importância muito menor (cerca de 9%) no caso das “traficadas”.

Em apenas um terço do material analisado, as mulheres são individualizadas e nomeadas através do recurso a uma identificação semi-formal (pelo primeiro nome e apelido), informal (pelo primeiro nome apenas) ou mediante o obscurecimento do nome por razões de privacidade.

Finalmente, evidencia-se a previsível centralidade do corpo feminino no imaginário gráfico dominante³⁴. As mulheres são sexualmente objectivadas nas fotografias, desenhos e imagens que acompanham os artigos analisados e o corpo feminino surge essencialmente como objecto erótico de contemplação.

34. Em cerca de 50% do total de notícias valorizadas graficamente surgem imagens sexualizadas de mulheres. Dado previsível em um contexto sociocultural que tornou dominante a imagem da mulher que se presta à contemplação e ao desejo masculinos. O desejo da mulher, ao invés, não parece ser valorizado. O que é importante é ser desejada.

A presença dos actores da esfera política é significativamente mais discreta do que a das instâncias que exercem o controlo da lei e da ordem. O Governo e os organismos estatais estão na origem de peças cujos temas-chave atravessam de forma irregular a tipologia traçada e que dão expressão a uma agenda política centrada na perspectiva vitimológica e na orientação repressiva (“Governo gasta 80 milhões contra a discriminação”, *Correio da Manhã*, 2007-06-23; “Governo quer proteger vítimas de tráfico”, *Público*, 2007-06-23; “Tráfico de pessoas vigiado”, *Jornal de Notícias*, 2007-06-07).

Apesar de serem ocasionalmente representados/as, os/as especialistas académicos/as e de Organizações Não Governamentais (ONG’s) também figuram como actores inclusos no discurso. São, em regra, individualizados/as, nomeados/as e assumem papéis activos através dos quais reforçam a agenda política conservadora. A sua função no ideário simbólico da imprensa é a de fornecer o contexto socioeconómico, os diagnósticos e as concepções que favorecem a compreensão do tráfico de mulheres e os grupos sociais mais afectados e vulneráveis perante a expansão do fenómeno.

Por último, a sociedade civil, não estando, em rigor, inteiramente arredada das histórias de tráfico, goza, não obstante, de uma capacidade reduzida de aceder e participar activamente no discurso público dominante da imprensa.

3.2. Títulos e estruturas cognitivas

Para além da tipificação da ideia organizadora central da história informativa, é possível hierarquizar a composição semântica das próprias notícias. Isto é, é possível revelar o enquadramento fornecido ao acontecimento relatado, identificando e hierarquizando elementos e atributos mais salientes. Os enquadramentos (*frames*) são centrais na organização de ideias acerca de um assunto ou evento. Providenciam pistas interpretativas usadas pelos públicos para conferir sentido a factos apresentados de forma, idealmente, neutral. A corrente de pesquisa³⁵ que se ocupa da organização semântica do conteúdo insere-se no âmbito da investigação sobre os efeitos

35. Muito embora alguns autores (Entman, 1993; Scheufele, 1999) venham defendendo a autonomia da investigação centrada nos enquadramentos noticiosos relativamente à pesquisa do *agenda-setting*, as relações entre uma e outra permanecem, sendo aquela considerada constitutiva de um segundo nível desta (McCombs e Estrada, 1997). Na sua formulação clássica (McCombs e Shaw, 1972) a hipótese do *agenda-setting* sugere que os media, ao descreverem e ao apresentarem determinados fragmentos da realidade, podem não dizer aos públicos o que estes devem pensar, mas fornecem uma listagem hierarquizada dos assuntos sobre os quais é necessário formar opinião.

cognitivos das notícias e tem documentado o papel da imprensa na construção de enquadramentos (*news-frames*) que reforçam o etnocentrismo mediático (van Dijk, 1997; Teo, 2000; Greer & Jewkes, 2005) e a polarização moral da identidade feminina migrante (Lemish, 2000; Hallgrimsdottir *et al.* 2006).

Este nível de análise discursiva não se ocupa do evento ou eventos instrumentais da notícia, mas da estruturação e tratamento de que estes são alvo. Para esta abordagem são importantes as macroproposições do texto e a forma como são organizadas (van Dijk, 1980). A notícia obedece a uma lógica discursiva própria, a pirâmide invertida, que ordena, segundo um grau decrescente de importância, os elementos semânticos que a enformam (Bell, 1991). Os títulos são, assim, as macroproposições semânticas mais valorizadas. Projectam para os públicos os atributos mais salientes dos eventos noticiados, providenciando com eles o processo de interpretação e a definição subjectiva da situação apresentada (van Dijk, 1980).

Circunscrevemos a análise a 110 títulos e tipificámos os enquadramentos utilizados para situar os temas enunciados. Dessa aferição de regularidades resultou uma tipologia que enfatiza a cristalização de uma agenda conservadora e excludente. Esta tipologia aponta para um feixe de desvios morais e normativos ligados à imagem da *alteridade*: os/as “outros/as” que delinquem, transaccionando mulheres dentro e fora de fronteiras e explorando o seu trabalho no mercado do sexo; os/as “outros/as” que imigram ilegalmente, quase sempre mulheres — as “novas escravas”³⁶ cujo corpo é vendido a troco de dinheiro a que não têm acesso —; e as “outras” que se prostituem, ou seja, as mulheres que desafiam fronteiras não apenas estatais e culturais, como também da moralidade. Contra estas “identidades” desviantes se insurge o Estado através de acções desencadeadas pelas polícias, forças de segurança e poder judicial.

Essas acções sugerem quatro frentes simbólicas de ataque por parte das instâncias reguladoras. Por um lado, o combate à exploração e favorecimento da prostituição, ao tráfico e à imigração ilegal e, por outro, à própria prostituição. Simultaneamente, representam a estigmatização do/a “outro/a”, dos/as “outros/as” quer essa diferença diga respeito ao género, à etnia, à nacionalidade ou ao comportamento legal e moralmente aceitável.

36. Título de uma notícia publicada na revista *Visão*, 2007-03-01.

4. Notas finais

É possível reconhecer na cobertura da imprensa sobre o tráfico para exploração sexual marcas próprias de um modelo particular de discurso que contende com o acesso universal de temas, perspectivas e vozes ao espaço público. Verifica-se um claro predomínio da discursividade das instituições com maior poder social, em particular das que exercem o controlo da lei e da ordem, pelo que o ideário discursivo gravita essencialmente em torno das histórias particulares de tráfico e de prostituição com origem no sistema de justiça criminal.

Estes resultados reforçam a concepção da prática discursiva mediática como um saber cognitivo e cultural dominante a que subjazem crenças e sistemas axiológicos por meio dos quais é reproduzida a ideologia *lato sensu*. Assim, as notícias examinadas são menos referenciáveis a lógicas de inconformismo do que aos interesses dominantes que atravessam o lastro social. Desde logo porque nelas pode claramente reconhecer-se a posição de quem possui e de quem está destituído de acesso a essa ordem de discurso singular.

Por outro lado, o discurso da imprensa partilha alguns dos traços de um tipo particular de cobertura mediática conhecida no âmbito dos estudos culturais como de pânico³⁷ ou alarme social quando amplifica a participação do/a estrangeiro/a nas situações desviantes. Todavia, ao fazê-lo, a imprensa não actua isoladamente e de um modo idiossincrático. Antes reproduz um ambiente sociopolítico que experimenta sentimentos colectivos de insegurança e de riscos associados à perigosidade de minorias culturais, sejam elas os/as estrangeiros/as ou os/as legal e moralmente desviantes.

Na cobertura do tráfico, esse ambiente é marcado pelos discursos que conferem elevada visibilidade às dimensões catastróficas do fenómeno — exasperada vitimização, máfias e criminalidade organizada, migrações em massa, economias paralelas, entre outros atributos — articuladas com acções de controlo da lei e da ordem — operações policiais, detenções, julgamentos, vigilância cerrada, controlo de fronteiras.

Não significa isto que a exposição mediática do tráfico e da prostituição, frequentemente misturados nas narrativas jornalísticas, não lhes confira uma visibilidade importante para a consciencialização pública de um problema grave que, como se disse

37. O conceito emergiu na Sociologia britânica com a publicação do clássico de Stanley Cohen *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*, em 1972.

no início do texto, persiste numa modernidade tardia. No entanto, essa visibilidade não é total e foca apenas uma parte (a institucional) do problema. Ao raramente trazer ao palco da narrativa os clientes da prostituição e do tráfico a imprensa obscurece a verdadeira natureza da indústria do sexo: a de mulheres e homens que se polarizam nos papéis de procura e oferta que, por sua vez, correspondem a cenários de autonomia e interação humana desiguais. Por outro lado, objectivando as mulheres traficadas e/ou prostituídas como meros alvos da intervenção policial e judicial, não se colocam no xadrez da economia moral as condições prévias que, enfim, as conduzem a essas situações, de um modo voluntário ou não.

É na procura de soluções eficazes para a segurança física e moral dos indivíduos face aos cenários de risco que a redefinição de fronteiras normativas e éticas se legitima. Novos actos são criminalizados ao mesmo tempo em que é reforçado o controlo das fronteiras de soberania e da moralidade dentro do Estado.

A nível global, a credibilidade da campanha anti-tráfico tem sido afectada por estas dinâmicas do pânico, do racismo e do estigma (Jeffreys, 2006) que, embora não excluam outras formas de representar o fenómeno, constituem as grandes tendências da cobertura mediática analisada.

As leituras internacionais da ideia do tráfico como “pânico” acentuam o uso estratégico das preocupações vitimológicas para levar a cabo uma “cruzada moral” (Weitzer, 2007) contra a prostituição como prática inconsistente com a moralidade e outros valores ligados à ideologia da família. A mesma estratégia será usada para endurecer as políticas da imigração (Nieuwenhuys e Pécoud, 2007) e para pôr em marcha uma campanha *securitária* e de neo-criminalização que solucione o “estado de crise de pânico do Estado moderno” (Berman, 2003). Estas perspectivas estão muito próximas do ideário dos movimentos a favor dos direitos das prostitutas e contrariam o estigma social que lhes é dirigido através da utilização de um léxico que confere à prostituição uma imagem positiva (Jeffreys, 2006): tratar-se-á de uma indústria que comercializa serviços executados pelas praticantes do sexo.

Como vimos, o discurso da imprensa também reconhece a indústria do sexo como mercado legítimo de trabalho e não simplesmente como prática desviante que é necessário conter. O que significa que a construção simbólica das mulheres gravita em torno de uma de três imagens: a desviante, associada à *alteridade*, a vítima e, pontualmente, a *glamourizada*.

Em teoria, a imprensa orientada para o mercado estaria em condições de garantir não apenas um acesso universal ao espaço público, mas também uma prática dis-

cursiva não contingente. Porém, negociar com as redes do mercado implica desafiar o próprio sistema patriarcal. Por essa razão é impensável um jornal sério tomar uma posição de contra-poder em favor, por exemplo, da inversão dos papéis de gênero (van Djik, 1998: 188).

Do espaço público é excluído ou, pelo menos, mitigado o que possa ameaçar a visão hegemônica. Isto significa que a agenda político-criminal se funde com a agenda mediática quando esta gere o acesso dos diferentes grupos identitários ao espaço público mediante um certo entendimento das hierarquias do poder. Pense-se no que ficou dito acerca das mulheres que desempenham um determinado papel nas dinâmicas do tráfico e da prostituição: elas serão as primeiras interessadas em integrar as suas narrativas no conhecimento dominante dos fenômenos, mas não detêm *status* social que lhes permita aceder ao espaço público onde, aparentemente, não é reconhecida a sua cidadania.

O que, nas notícias, passa para a *passerelle* dos media, palco da visibilidade dos temas que merecem a nossa atenção, são, então, os “problemas” identificados como tal por quem detém *já* o poder de os definir. Na estrada, fica o outro “problema”, episódico, esconjurado, mudo e sempre invisível, mesmo que o vejamos todos os dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bell, A. (1991), *The language of news media*, Blackwell: Oxford.
- Berman, J. (2003), (Un)Popular Strangers and Crises (Un)Bounded: Discourses of Sex-Trafficking, the European Political Community and the Panicked State of the Modern StateSex-trafficking, *European Journal of International Relations* 9 (1): 37-86.
- Chibnall, S. (1977), *Law and Order News: An Analysis of Crime Reporting in the British Press*, London: Tavistock.
- Cohen, S. (1972), *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*, London: Paladin.
- Coomaraswamy, R. (1996), Report of the Special Rapporteur on Violence Against Women, its Causes and Consequences, Commission on Human Rights, 52nd session, item 9, E/CN.4/1996/53, 6 Fevereiro.
- Costa, F. (2007), A Globalização e o Tráfico de Seres Humanos (o pêndulo trágico da história e o direito penal), *Revista de Legislação e de Jurisprudência* 3944: 258-265.
- Cunha, I. F. (2003), Imagens da Imigração em Portugal, *Media & Jornalismo* 2: 71-87.
- Entman, R. (1993), Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm, *Journal of Communication* 43 (4): 51-58.
- Ericson, R.; Baranek, P.; Chan, J. (1989), *Negotiating Control: a Study of News Sources*, Toronto: University of Toronto Press.
- _____ (1991), *Representing Order: Crime, Law, and Justice in the News Media*, Buckingham: Open University Press.
- Forced Migration Monitor (1997), *Trafficking in Women from the Former Soviet Union*, N.º.19, Setembro.

- Foucault, M. (1997), *A Ordem do Discurso*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Gallagher, M. (2001), *Gender Setting: News Agendas for Media Monitoring and Advocacy*, London & New York: Zed Books.
- Greer, C.; Jewkes, Y. (2005), *Extremes of Otherness: Media Images of Social Exclusion*, *Social Justice* 32 (1): 20-31.
- Hall, S. *et al.* (1978), *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order*, London: The MacMillan Press.
- Hallgrimsdottir, H. K.; Phillips, R.; Benoit, C. (2005), *Fallen Women and Rescued Girls: Social Stigma and Media Narratives of the Sex Industry in Victoria, B.C., from 1980 to 2005*, *Canadian Review of Sociology and Anthropology* 43 (3): 265-280.
- Iguartua, J. J. (2006), *Métodos Cuantitativos de Investigación en Comunicación*, Barcelona: Bosch.
- Jeffreys, S. (1997), *The Idea of Prostitution*, North Melbourne: Spinifex Press.
- _____ (2006), *The Traffic in Women: Human Rights Violation or Migration for Work*. In *Migrant Women and Work*, ed. Anuja Agrawal, New Delhi/Thousand Oaks/London: Sage.
- Jewkes, Y. (2004), *Media & Crime: Key Approaches to Criminology*, London: Sage.
- Lemish, D. (2000), *The Whore and the Other: Israeli Images of Female Immigrants from the Former USSR*, *Gender & Society* 14 (2): 333-349.
- McCombs, M. E.; Shaw, D. L. (1972), *The Agenda-Setting Function of Mass Media*, *The Public Opinion Quarterly* 36 (2): 176-187.
- McCombs, M. E.; George Estrada, G. (1997), *The news media and the pictures in our heads*. In *Do the Media Govern? Politicians, Voters and Reporters in America*, eds. Shanto Iyengar & Richard Reeves, Thousand Oaks, CA: Sage.
- Macdonald, M. (2003), *Exploring Media Discourse*, London: Arnold.
- Mathieu, L. (2003), *The Emergence and Uncertain Outcomes of Prostitutes' Social Movements*, *The European Journal of Women's Studies* 10 (1): 29-50.
- Mendes, P. S. (2007), *Tráfico de pessoas, Jornadas sobre a Revisão do Código Penal*, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários (mimeo).
- Monto, M. A. (2004), *Female Prostitution, Customers, and Violence*, *Violence Against Women* 10 (2): 160-188.
- Nieuwenhuys, C.; Pécoud, A. (2007), *Human Trafficking, Information Campaigns, and Strategies of Migration Control*, *American Behavioral Scientist* 50 (12): 1674-1695.
- Pedro, E. R. (1997), *Análise Crítica do Discurso: Aspectos Teóricos, Metodológicos e Analíticos*. In *Análise Crítica do Discurso: Uma Perspectiva Sociopolítica e funcional*, ed. E. Ribeiro Pedro, Lisboa: Caminho.
- Santos, B. S. *et al.* (2007), *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais (CES).
- Scheufele, D. A. (1999), *Framing as a theory of media effects*, *Journal of Communication* 49 (1): 103-122.
- Schlesinger, P. (1991), *Media, State and Nation. Political Violence and Collective Identities*, London: Sage.
- Silva, C.; Machado, H.; Silva, S. (2001), *Law, Science and the Family Body: Prostitution as a «boundary object»*, 5th Conference of the ESA Visions and Divisions, Helsinki: ESA (mimeo).
- Silveirinha, M. J. (2004), *Identidades, Media e Política. O Espaço Convencional nas Democracias Liberais*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Silveirinha, M. J.; Cristo, A. P. (2004), *A construção discursiva dos imigrantes na imprensa*, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 69: 117-137.

- Teo, P. (2000), Racism in the News: A critical Discourse Analyses of News Reporting in two Australian Newspapers, *Discourse & Society* 11 (1): 7-49.
- Tuchman, G. (2004), O Aniquilamento Simbólico das Mulheres pelos Meios de Comunicação de Massas. In *As Mulheres e os Media*, ed. Maria João Silveirinha, Lisboa: Livros Horizonte.
- U.S. Department of State (2005). *Trafficking in Persons Report*.
- Van Dijk, T. (1998), *Ideology*, London: Sage.
- _____ (1990), *La Noticia como Discurso. Comprensión, Estructura y Producción de la Información*, Barcelona: Paidós.
- _____ (1997), *Racismo y Análisis Crítico de los Medios*, Barcelona: Paidós.
- Van Leeuwen, T. (1996), *The Representation of Social Actors*. In *Text and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*, eds. Carmen Rosa, Caldas-Coulthard & Malcolm Coulthard, London: Routledge.